FERREIRA GULLAR

ANTES DO GOLPE

NOTAS SOBRE O PROCESSO QUE CULMINOU NO GOLPE MILITAR DE 1964

BREVE COMPANHIA | ENSAIO

O golpe militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964 começou bem antes: foi resultado de um processo complexo que, se envolveu fatores internacionais, teve sua origem na própria história brasileira. Sei que é quase impossível precisar em que momento iniciou-se este ou aquele fato histórico. Não obstante, é possível admitir que a intervenção dos militares, nessa fase da vida política brasileira, começa a esboçar-se com a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1950.

O regime autoritário de Vargas, iniciado em 1937, termina com sua deposição pelos militares, em 1945. Quando ele se candidata, em 1950, o setor militar que apoiou sua derrubada e o líder civil desse movimento, o jornalista Carlos Lacerda, consideraram aquilo uma afronta à democracia. Nessa ocasião, Lacerda afirma: "O senhor Getúlio Vargas não pode ser candidato; se candidato, não pode ser eleito; se eleito, faremos uma revolução para derrubá-lo". Vargas foi eleito, e Lacerda, aliado a setores militares, iniciou uma campanha para inviabilizar o seu governo.

A campanha contra Vargas ganhou o apoio de vários políticos, especialmente dos udenistas (membros do partido União Democrática Nacional), e cresceu a tal ponto que Gregório Fortunato, homem de confiança do presidente e uma espécie de guarda-costas seu, decidiu dar fim a Carlos Lacerda, preparando-lhe uma emboscada à entrada do prédio onde morava na rua Toneleros, em Copacabana. O atentado ocorreu tarde da noite, quando Lacerda entrava no edifício com seu guarda-costas, um militar da Aeronáutica, chamado Major Rubens Vaz. Dois homens contratados por Gregório Fortunato atiraram contra Lacerda mas só o feriram num dos pés, enquanto uma das balas atingiu o major e o matou.

Isso deflagrou uma crise militar, pois a autoria do atentado foi atribuída por Lacerda ao presidente Vargas, que segundo ele teria sido o mandante da tentativa de homicídio. Embora Gregório Fortunato, diante da crise que provocara, tenha assumido a autoria do atentado, os militares que se opunham a Getúlio insistiram em que ele teria de deixar o governo. Foi convocada uma reunião com os ministros militares no Palácio do Catete, na noite de 23 de agosto de 1954, ocasião em que Getúlio Vargas foi obrigado a renunciar à chefia do governo. Terminada a reunião, Getúlio se trancou em seu quarto e disparou um tiro no coração, suicidando-se. Esse gesto provocou uma revolta de grande parte da população, que tomou as ruas (principalmente no Rio de Janeiro, então capital do país), invadiu e queimou a sede de jornais que faziam oposição ao presidente morto.

Assume a presidência o vice-presidente Café Filho, que governa até as novas eleições presidenciais em 1955, quando é eleita a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart. Como este era o herdeiro político de Vargas, Lacerda e a facção militar que o seguia conspiram para impedir a posse do novo presidente da República e seu vice, com a complacência de Café Filho, cujo candidato, o general Juarez Távora, havia sido derrotado. O general Henrique Lott, ministro da Guerra, rebela-se contra a conspiração golpista, depõe Café

Filho e entrega o governo ao presidente do Senado Federal, que dá posse aos eleitos. Em face disso, Carlos Lacerda insiste em sua campanha contra o novo governo, sobretudo porque João Goulart na presidência era o retorno do getulismo ao poder.

Apesar dessa campanha, Juscelino completa seu mandato e entrega o governo ao novo presidente, Jânio Quadros, que também tinha como vice-presidente o mesmo João Goulart. Em 1962, Jânio, aproveitando o fato de que o seu vice estava de visita à China comunista, encena renunciar com o propósito de fechar o Congresso e assumir sozinho o governo do país, apoiado por militares antigetulistas. Essa encenação não deu certo pois o Congresso, ao contrário do que ele esperava, aceitou a renúncia imediatamente e reconheceu como seu sucessor legítimo o vice-presidente João Goulart. Claro que isso não agradava aos militares lacerdistas e anticomunistas, os quais tentaram impedir a posse dele. Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, conseguiu o apoio do comandante do III Exército para garantir a posse do novo presidente. Avisado do que ocorria no país, João Goulart, em vez de ir diretamente para Brasília assumir o governo, seguiu para Porto Alegre, dando tempo para que sua posse se viabilizasse. Os militares pressionaram o Congresso, obrigando à mudança do regime presidencialista para parlamentarista, de modo que o poder de fato ficaria com o parlamento e João Goulart seria apenas primeiro-ministro. De qualquer modo, Goulart, apesar dos movimentos insurgentes, assumiu o governo e, pouco depois, fez o Congresso revogar o regime espúrio que havia sido imposto ao país pelos milicos.

Tudo isso deixa evidente a influência que os militares tinham ganhado na vida política brasileira, alentada por outros fatores que, no correr daqueles anos, vieram se somar à problemática político-ideológica que pesou no rumo que o país tomaria. Um desses fatores foi, sem dúvida, a Revolução Cubana, ocorrida em 1959.

É sabido que o movimento revolucionário liderado por Fidel Castro não tinha, inicialmente, caráter marxista; era basicamente um movimento democrático visando a derrubada da ditadura de Fulgencio Batista. Tanto isso é verdade que, inicialmente, Fidel contou com a ajuda financeira de empresários norte-americanos. Não se pode ignorar, todavia, que Batista contava com o apoio de outros empresários norte-americanos, que inclusive tinham investimentos em Cuba. O próprio governo dos Estados Unidos via com bons olhos aquele regime que, embora antidemocrático, favorecia seus interesses. Além disso, Cuba, com seus cassinos, suas boates e suas praias, tornara-se um ponto turístico preferido pelos ianques, mesmo porque ficava a uma hora de voo de seu território. Um dos argumentos dos revolucionários era que aqueles turistas endinheirados haviam transformado seu país numa zona de meretrício.

Por isso mesmo, ao derrubar Batista e assumir o governo, Fidel Castro mandou fechar aquelas casas de jogo e prostituição mas também estabeleceu o controle sobre as indústrias do país, quase todas elas norte-americanas. Essas medidas desagradaram o governo dos Estados Unidos, que, em represália, suspendeu a importação do açúcar e do fumo cubanos, a principal fonte de recursos de Cuba. Esse fato foi decisivo para levar Fidel Castro a voltar-se para a União Soviética, que não apenas passou a importar aqueles produtos como também a oferecer-lhe ajuda tecnológica e econômica. Certamente era fundamental para a URSS ter um país comunista a poucos quilômetros da costa dos Estados Unidos. Este, por

sua vez, preocupado com as futuras consequências desse fato, decidiu invadir a ilha e acabar com a ameaça que ela significava. Mas a invasão fracassou e a Revolução consolidou-se.

Aquilo, porém, era só o começo de um processo que iria mudar a face da América Latina. A Revolução Cubana vitoriosa entusiasmou as esquerdas latino-americanas, que decidiram seguir o exemplo de Fidel Castro. Dezenas de movimentos guerrilheiros surgiram em diversos países da região, como as Farc na Colômbia e os Motoneros na Argentina, enquanto a palavra de ordem revolucionária se tornaria comum a todos eles, inclusive ao Brasil.

Nesse período, a reforma agrária se tornou a bandeira das esquerdas brasileiras, sendo que em Pernambuco surgiu uma organização intitulada Ligas Camponesas, cujo líder, Francisco Julião, ganhou projeção nacional, o que lhe permitiu disseminar o seu movimento por várias regiões do país. Aos poucos as Ligas foram recebendo o apoio de intelectuais e gente do meio universitário, que passaram a buscar o auxílio das camadas urbanas e, especialmente, na área estudantil. Nasceu, nessa época, o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, que abraçou as teses das Ligas e as difundiu através de autos teatrais, de poemas de cordel e documentários cinematográficos. As Ligas, como outras organizações revolucionárias surgidas em diversos países, contavam com a ajuda financeira do governo cubano. A queda de um avião de passageiros, numa região de Venezuela, quando morreu um funcionário da embaixada cubana no Brasil, revelou a existência de documentos que comprovavam aquela ajuda, fato que, sem dúvida alguma, já era de conhecimento da CIA.

O mundo vivia o período da Guerra Fria, surgida logo após a vitória dos aliados sobre o nazismo. Essa vitória, se por um lado consolidara a democracia nos países europeus, ameaçada por Hitler, por outro lado permitiu à União Soviética ter sob seu domínio alguns países do Leste europeu e parte da Alemanha. Ela se tornava, assim, uma potência econômica e política bem mais ameaçadora do que antes da guerra. Também nessa época, Mao Tsé-Tung faz nascer a República Popular da China. Diante de tal quadro, pode-se entender o temor dos americanos quando viram surgir, a poucos quilômetros de sua costa, uma nova república socialista. E, pior ainda, a possibilidade de que outros países do continente seguissem o mesmo caminho.

Essa ameaça se tornou ainda mais crítica quando, em 1962, o governo soviético decidiu instalar em Cuba mísseis capazes de transportar bombas nucleares para qualquer ponto do território americano, inclusive à sede do governo e às bases militares. Diante de semelhante ameaça, o governo norte-americano reagiu drasticamente, enviando uma poderosa frota naval para o Caribe, que cercou Cuba e lhe deu um ultimato: ou os foguetes eram retirados dali ou Cuba seria bombardeada e invadida. Esse ultimato fez os governos soviético e cubano recuarem, mesmo porque nele estava implícita a possibilidade de uma guerra nuclear, coisa que ninguém queria. Os foguetes foram retirados, mas o temor dos norte-americanos diante da crescente influência soviética na América Latina só aumentava a cada dia.

É fato que, logo após o fim da Segunda Guerra, os norte-americanos se preocuparam com

o crescente poder da União Soviética e seu trabalho de cooptação das lideranças sindicais e intelectuais em todo o mundo – e naturalmente nos países menos desenvolvidos, onde os problemas sociais eram mais agudos. Por isso mesmo, Washington tratou de ampliar sua influência sobre os militares desses países, sobretudo na América Latina, criando escolas de formação de oficiais no Panamá, Colômbia, Chile e Brasil, entre outros países. Sua atuação foi incrementada depois da Revolução Cubana, quando a Escola do Caribe passou a se chamar Escola das Américas, por onde passaram, entre 1961 e l977, mais de 33 mil militares. Essa escola ganhou o apelido de "escola dos golpes", tal foi a sua influência sobre as forças armadas latino-americanas, que, com certa frequência, punham abaixo algum governo democraticamente eleito.

No Brasil, foi criada a Escola Superior de Guerra, que fez a cabeça de centenas de oficiais, alguns dos quais participaram ativamente na conspiração que resultou no golpe de 1964. Não resta dúvida de que nem todos os que ali estudaram adotaram com a mesma radicalidade as ideias que lhes foram ensinadas, pois, como se veria mais tarde, o grupo de oficiais que participou do golpe e da formação dos governos militares não tinha a mesma opinião quanto à maneira de conduzir o regime e de reprimir as opiniões contrárias. Inicialmente, preponderou a facção mais moderada, que optou por manter o Congresso aberto e as eleições de parlamentares e governantes. É certo que, mesmo assim, exerciam controle sobre a ação dos políticos e cassaram todos aqueles que apoiavam João Goulart ou se identificavam com as teses da esquerda ou insistiam no retorno ao regime democrático pleno.

Não é difícil imaginar a preocupação dos Estados Unidos diante da ebulição que se espalhara por todos os países da América Latina, onde a palavra de ordem mais frequente era "abaixo o imperialismo norte-americano". Quando esse fenômeno penetrou também no Brasil, aquela preocupação se agravou. Se a pequenina Cuba, ao se tornar comunista, criara tamanha agitação e despertara o espírito antiamericano em todo o continente, imaginem o que não ocorreria se um país continental como o Brasil seguisse o mesmo caminho. Essa era uma hipótese simplesmente inaceitável para os dirigentes de Washington e, por isso mesmo, ninguém duvida das providências que tomaram para evitar semelhante desastre. Isso se tornou mais necessário e urgente depois que Jânio Quadros renunciou e João Goulart assumiu a presidência da República.

Não era porque João Goulart fosse esquerdista, coisa que não era — e o serviço secreto norte-americano sabia muito bem disso, como o sabiam também os chefes militares brasileiros. O perigo que ele significava tanto para uns como para outros estava nos compromissos assumidos com os sindicatos e setores da esquerda, que lhe deram apoio no momento crítico de assumir a chefia do governo contra a vontade dos adversários políticos e dos militares. Na verdade, o que prevaleceu naquele momento foi a vontade da maioria dos partidos e de setores da classe dominante que temiam a volta do país a um regime autoritário. Embora não confiando em Jango, preferiram arriscar preservando o regime do que, impedindo a posse do presidente legítimo, abrir caminho a uma ditadura.

Em linhas gerais, esse era o contexto internacional em que João Goulart assumiu a presidência do Brasil. Se influi no desfecho da crise que se aprofunda com a sua posse, mais

determinantes foram fatores internos que, por assim dizer, inviabilizaram a gestão do presidente. Na tentativa de conquistar o apoio do empresariado e de parte dos militares, anunciou uma série de medidas econômicas que desagradaram os sindicalistas, os quais manifestaram publicamente sua discordância e ameaçaram parar o país. Por outro lado, Carlos Lacerda, agora aliado a Ademar de Barros, não dava trégua ao governo. Jango, pressionado por seus ministros militares, decidiu solicitar ao Congresso a decretação do estado de sítio, para restabelecer a segurança e a ordem. Essa proposta provocou uma crise bem maior, que dividiu ainda mais o governo, pois a ela se opuseram Leonel Brizola e Miguel Arraes, governador de Pernambuco e um dos líderes da esquerda. O presidente teve que recuar, algo que resultou num desgaste ainda maior na opinião pública. Como consequência, a crise se aprofundou e setores militares passaram a manifestar seu descontentamento com a situação, uma vez que as greves se sucediam e as forças de esquerda exigiam do presidente decisões progressistas, como a reforma agrária e providências no sentido de implantar uma política econômica nacionalista e anti-imperialista. Foi então que João Goulart lançou um programa intitulado Reformas de Base, com que pretendia recuperar o apoio, sobretudo, das forças populares, dos sindicalistas, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da esquerda nacionalista, aí incluso o Partido Comunista.

A essa altura, porém, mesmo entre as forças de esquerda havia divisões, que tornavam difícil para Jango definir um rumo coerente. Essa inquietação penetrou diversos setores das forças armadas, já agora envolvendo militares de patente inferior, como os sargentos e os fuzileiros navais. Foi então que ele decidiu realizar uma grande manifestação, reunindo todas as forças que bem ou mal se identificavam com as reformas que ele anunciara, num comício realizado em frente ao edifício da Central do Brasil e, por coincidência, próximo ao quartel general do I Exército. Desse comício participaram também alguns líderes políticos, que temiam a implantação de um regime autoritário, entre eles Leonel Brizola. Poucas semanas depois, seria deflagrado o golpe que derrubou o presidente João Goulart e impôs a ditadura militar ao país.

Os três anos do governo João Goulart foram marcados por intensa atividade do Comando Geral dos Trabalhadores, dos estudantes universitários e secundaristas e da intelectualidade de esquerda. Sucediam-se os comícios, as manifestações de rua, as reuniões de ativistas nos sindicatos dos metalúrgicos, dos bancários, dos portuários e das entidades estudantis, em suas sedes ou nas universidades e nas escolas. Não havia dúvida de que alguma coisa mais séria iria ocorrer; alguns pensavam que seria a implantação de um socialismo democrático, outros, de uma ditadura militar. A igreja católica, que sentia internamente as consequências dessas mudanças, mobilizou seus seguidores para uma manifestação que se intitulou “Passeata com Deus pela Família” e que reuniu milhares de pessoas. Paralelamente a isso, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, informava Washington do que ocorria no Brasil e da possibilidade crescente de o governo derivar para um regime comunista, o que eles mais temiam. Ao que tudo indica, o embaixador entrou em contato com chefes militares que também temiam pelo fim do regime democrático e conspiravam contra o governo João Goulart. Não me parece que a ideia do golpe tenha sido

obra do americano, uma vez que os nossos militares tinham sido formados com esse propósito, e muitos deles desejavam tirar o controle do Estado das mãos dos civis e passarem eles próprios a governar o país. Lincoln Gordon certamente os estimulou, assegurando-lhes que o novo presidente seria prontamente reconhecido por seu governo. Claro, um regime militar anticomunista, no Brasil, era tudo o que os americanos queriam.

Naquela época eu era assessor de imprensa do ministro da Cultura, Paulo de Tarso Santos, e fui inesperadamente convocado para uma reunião em sua residência, em Brasília. Ali estavam todos os seus assessores, entre os quais Betinho e Paulo Freire. Paulo de Tarso nos havia chamado para informar que decidira entregar o cargo de ministro ao presidente da República. Expôs as suas razões e dirigiu-se ao Palácio do Planalto, onde Jango o esperava. Cerca de uma hora depois, voltou e nos disse como foi o encontro. Não parecia muito satisfeito, pois nos contou que o presidente lhe perguntara por que deixava o cargo e ele teria respondido que era devido a sua excessiva interferência na ação dos ministérios. Jango respondeu: “Mas em seu ministério não interferi, não é verdade?”. O ministro admitiu, constrangido, que o presidente tinha razão. Depois que ele deixou o governo, o ministério da Cultura ampliou sua ajuda aos movimentos de cultura popular, inclusive o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC), do qual eu era presidente.

Apesar dos problemas que ameaçavam a estabilidade do governo, nós estávamos confiantes em que eles seriam superados, tanto assim que tomamos a iniciativa de reformar a sede da UNE (onde funcionava o CPC), transformando o salão de reuniões num teatro-auditório, onde pudéssemos realizar espetáculos de música e teatro. A inauguração desse novo espaço se deu poucos dias antes do golpe militar. É verdade, porém, que algumas semanas antes, numa reunião na casa de Marcos Jaimovich, o então dirigente do PCB, Giocondo Dias, nos informara que setores militares ligados a Carlos Lacerda articulavam para breve a derrubada do presidente João Goulart. Mas, para surpresa nossa, não foram eles os protagonistas iniciais do golpe.

A sublevação partiu do general Olympio Mourão Filho, comandante da guarnição do Exército sediada em Juiz de Fora. Ele havia pertencido ao movimento integralista que, em 1937, redigiu um documento, falsamente atribuído ao partido comunista, que propunha tomar o poder e implantar aqui um regime semelhante ao soviético. Esse documento — que ficou conhecido como Plano Cohen — foi utilizado por Getúlio Vargas como pretexto para a implantação da ditadura do Estado Novo, naquele ano. No ano seguinte, o grupo de Mourão invadiu o Palácio Guanabara na tentativa de derrubar o presidente e instaurar o integralismo no Brasil, mas fracassou. Pode ser que, naquela tarde de 31 de março de 1964, ao se sublevar contra o governo, imaginasse que chegara a hora de realizar seu sonho.

Eu estava na redação da sucursal do jornal *O Estado de São Paulo* no Rio, onde trabalhava, quando soube da notícia. Imediatamente, telefonei para Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, nosso companheiro no CPC, passando-lhe a notícia e propondo-lhe que entrasse em contato com os demais companheiros e com a direção da UNE para vermos que atitude tomar. Ficou decidido que convocaríamos os artistas e os estudantes para uma reunião na sede da UNE a fim de discutirmos o que fazer diante daquela ameaça de golpe militar.

Saí do jornal direto para a UNE, que ficava na Praia do Flamengo. Não demorou muito e o auditório estava repleto de estudantes, artistas e intelectuais de esquerda. O recém-eleito presidente da UNE, José Serra, estava em São Paulo, certamente em contato com as lideranças universitárias. Aberta a nossa reunião, falaram representantes do Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais (CGTI), entre eles Ênio Silveira e Nelson Werneck Sodré. Para nossa surpresa, afirmaram que haviam entrado em contato com representantes do governo federal em Brasília e com setores militares, que asseguraram estar tudo sob controle, o presidente João Goulart contava com o apoio das forças armadas.. A atitude de Mourão Filho era uma manifestação isolada que não contava com a solidariedade dos demais setores militares, garantiram eles. De qualquer modo, nos mantivemos reunidos mesmo depois que o os convidados foram embora.

A certa altura da noite, senti fome e convidei o Armando Costa, nosso companheiro do CPC, para irmos comer alguma coisa. Ele sabia de uma lanchonete no largo da Carioca que ficava aberta até tarde. Estávamos lá quando o rádio informou que o general Amaury Kruel, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, havia aderido ao golpe, o que nos deixou surpresos e preocupados, pois sabíamos que se tratava de um oficial de muito prestígio entre os militares. Sua adesão indicava que a atitude do general Mourão não era isolada mas, ao contrário, coincidia com a opinião de outros chefes militares. Em face dessa notícia, decidimos voltar logo para a UNE, já que a situação mudara seriamente. Ao chegarmos lá, constatamos que os companheiros já sabiam da adesão e mostravam-se, como nós, apreensivos. De fato, aquilo indicava que o golpe contra João Goulart estava em curso.

Discutíamos a situação criada com a nova notícia, quando ouvimos tiros disparados em frente ao prédio. Corremos até a janela e vimos, parada na segunda pista da avenida, uma caminhonete para a qual correram dois homens armados com revólveres. Entraram no carro, que partiu em seguida. Logo ouvimos vozes e gemidos, que vinham de dois companheiros nossos, junto à porta de entrada do prédio. Um deles havia sido atingido por uma das balas disparadas contra o edifício. Abrimos a porta e providenciamos que o companheiro ferido fosse levado a um hospital próximo dali.

Como Vianinha tinha contato com o brigadeiro Teixeira, comandante da III Zona Aérea, situada no Rio, conseguiu que ele mandasse dois soldados para proteger a sede da UNE de novos possíveis ataques. Depois que chegaram os dois soldados, decidimos dividir o grupo entre os que ficariam ali e os que iriam dormir para vir render, no dia seguinte, os que ficassem de plantão. Eu e Thereza Aragão, minha mulher, decidimos ir dormir em casa, mesmo porque tínhamos crianças nos esperando.

Ao acordar no dia seguinte, nos demos conta de que o golpe estava consumado. João Goulart havia deixado o palácio do Planalto e se transferido para Porto Alegre, certamente contando poder resistir ao golpe com o apoio do III Exército ali sediado. No Rio, os golpistas ampliavam seu domínio e acabavam de ocupar o forte de Copacabana. Ainda assim, decidimos voltar a para a UNE, conforme o combinado. Tomamos o carro, mas quando chegamos à praia do Flamengo, percebemos que algo estranho ocorria ali e seguimos caminho até a Cinelândia, que já estava ocupada por tropas do Exército e tanques

de guerra. Decidimos voltar à UNE, mas ao nos aproximarmos percebemos que o trânsito estava muito lento. Foi quando nos demos conta de que um grupo de civis atacava a sede com coquetéis molotov. O pior é que nosso carro ficou parado em frente ao prédio e os agressores passavam junto a nós com as garrafas incendiadas e as lançavam, sem saber, felizmente, que naquele carro estava o presidente do CPC. Deu para eu ver que, no alto do prédio em chamas, alguns companheiros escapavam pelos fundos, pulando para os edifícios vizinhos. Finalmente, o trânsito voltou a fluir e pudemos nos afastar dali.

Naquele dia, a junta militar que assumiu o governo exigiu do Congresso a cassação do mandato do presidente da República, o que foi prontamente aprovado. À noite, a direção do CPC se reuniu com o assistente do partido para avaliar a situação e ver que posição tomar. Iniciava-se assim, no Brasil, um regime autoritário que duraria 21 anos.

Companhia Das Letras
FERREIRA
GULLAR
ANTES DO GOLPE
NOTAS SOBRE O PROCESSO
QUE CULMINOU NO
GOLPE MILITAR DE 1964
BREVE COMPANHIA | ENSAIO